

100

MINISTRO DA FAZENDA MOSTRA FORÇA NOVAMENTE AO INDICAR UM DISCÍPULO PARA CONTROLAR OS GASTOS PÚBLICOS

DIAS DE MALAN

Pedro Parente sentou-se na cadeira de ministro do Orçamento e Gestão. Fernando Henrique voltou a fazer discurso otimista. Mas quem tem motivos para comemorar é Pedro Malan. O ministro da Fazenda completa no sábado 100 dias de segundo mandato comemorando o papel de homem-forte do governo. Parente é o sexto burocrata que ele empossa desde que começaram as apostas de que seria derrubado pela *overshooting* do dólar (disparada após a desvalorização do real).

Desde que Delfim Netto deixou o poder há 15 anos, jamais político com tal competência para nomear equipe tão forte pisara o lado econômico da Esplanada dos Ministérios.

Principal nome desse grupo, Pedro Parente assumiu disposto a fazer uma revolução nos gastos públicos. Ele reconheceu que em épocas de crises fiscais, os cortes no orçamento são feitos, em geral, de forma aleatória, e garantiu ser possível conciliar redução de gastos e política social.

O ministro marcou a cerimônia com um ato falho de quem tem tanto apetite quanto Malan pelo enorme poder que desfruta hoje em dia. Arancou aplausos e risos dos presentes ao agradecer, emocionado, o apoio recebido do pai, já falecido, e tentou manter firme o tom de voz na leitura do discurso. Em vez de falar na honra em assumir o cargo de ministro do Orçamento, acabou se referindo à satisfação em ser ministro da Fazenda, lugar de Malan, o superministro.

TROCA-TROCA

Até ontem, Parente era secretário-executivo da Fazenda, cargo que equivale ao de vice-ministro. Para o seu lugar foi Amaury Bier, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, função que será ocupado por Edward Amadeo, ex-ministro do Trabalho que perdera o cargo para um político e teve o emprego salvo por Malan, que convenceu o presidente Fernando Henrique Cardoso a criar a Secretaria de Planejamento para abrigá-lo. Também a permanência de Paulo Paiva no Ministério do Orçamento e Gestão teve a mão de Pedro Malan. Na formação da nova equipe de Fernando Henrique, essa vaga quase entrou na barganha dos partidos, mas Malan foi mais rápido e defendeu a permanência de Paiva no cargo. Não se sabe se àquela altura já pensava no lugar para Parente.

Até mesmo o ministro do Desenvolvimento, Celso Lafer, deve sua indicação a Malan, que preferiu trabalhar por alguém que não lhe criaria problemas na condução da política econômica.

O superministro da Fazenda conseguiu também aprovar no Congresso todas as medidas do pacote fiscal prometidas ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas seu maior feito, contudo, no passado recente, foi a volta por cima na atabalhoada mudança na política cambial. Operou a troca de Gustavo Franco por Chico Lopes no Banco Central em plena operação destinada a liberar o câmbio, errou e conseguiu recuperar-se com a indicação de Armínio Fraga, um ex-aluno que, em 30 dias, conseguiu um verdadeiro milagre: esfriou a taxa do dólar, impediu que a inflação disparasse, bloqueou a desindexação, manteve empréstimos de curto prazo ao país e aos poucos está trazendo de volta os investidores.

DILEMAS

Ontem, apesar de o presidente ter feito reverências a Fraga, era o dia de Parente. "É preciso desmascarar falsos dilemas que andam assombrando os incautos. Através de adequada priorização dos gastos, é perfeitamente possível atender às duas finalidades: redução de gastos e prioridade para o social. É possível vislumbrar, por trás do uso demagógico e indevido da bandeira social, a ação de viúvas da inflação e de sócios da irresponsabilidade fiscal com objetivo de ressuscitar tempos de lamentável memória", afirmou o novo ministro.

O governo aproveitou a troca de ministro do Orçamento para fixar o teto de gastos dos ministérios este ano: R\$ 34,2 bilhões. Isso significa corte de R\$ 5,7 bilhões, ou 14,3% em relação ao que havia sido aprovado pelo Congresso. "O ajuste é o necessário para cumprir a meta do programa fiscal", disse Parente, que não quis confirmar o valor dos cortes, que só serão detalhados nos próximos dias.

Entre as propostas do novo ministro está a mudança profunda na elaboração do Orçamento da União, dando liberdade aos gestores para uso dos recursos, estabelecendo metas para os programas e punições para quem não alcançar os resultados previamente fixados. De acordo com Parente, esses são os pré-requisitos necessários para o desenvolvimento com estabilidade econômica e justiça social e a ênfase do Ministério do Orçamento e Gestão passará a ser a qualidade do gasto público.

Feito isso, Malan poderá até mesmo surpreender aqueles que espalhavam boatos sobre sua queda há três meses — considerar sua missão cumprida, pegar o chapéu e ir embora. Mas não é o que se espera de quem gosta tanto da cadeira com qual Parente sonha.

Fotos: Jefferson Rudy



Parente, sexto alto funcionário do governo indicado por Malan em 100 dias do segundo mandato de FHC consumidos na guerra para salvar o real

GUERRA AO DÉFICIT

MEDIDAS PARA EQUILIBRAR GASTOS E RECEITAS, SEGUNDO O GOVERNO

O QUE FOI FEITO



Privatizações

Começaram em 1991, com a Usiminas, e intensificaram-se com o presidente Fernando Henrique Cardoso. O destaques foram as vendas da Vale do Rio Doce, da Telebrás e de bancos estaduais como o Banerj, do Rio de Janeiro.



Reforma Administrativa

Atinge uma das áreas com mais despesas nos três níveis de governo — a de pessoal. Entre outras providências, facilita a demissão de funcionários públicos.



Reforma da Previdência

Depois dela o trabalhador tem que trabalhar e contribuir mais tempo para receber aposentadoria. Assim, a reforma aumentou a entrada de recursos no caixa da Previdência e dificultou a saída de dinheiro.



Reestruturação da dívida dos estados

O governo federal emitiu R\$ 103 bilhões em títulos ao assumir dívidas de 24 dos 27 estados brasileiros. Os estados passaram a usar até 13% de suas receitas para pagar as dívidas.



Renegociação das dívidas municipais em títulos

Sem ela, o município de São Paulo teria dificuldades para pagar os R\$ 17 bilhões em dívidas que renegociou e isso afetaria o Banco do Brasil, que tinha a maior parte desses papéis.

O QUE FALTA FAZER



Privatizações

A venda das estatais do setor elétrico atrasou e ainda está por ser realizada. O setor financeiro é outro em que haverá mais privatizações. A do Banespa, por exemplo, que é planejada desde 1995.



Lei de Responsabilidade Fiscal

Cria punições para os presidentes, ministros, governadores e prefeitos que cometerem atos que causem desequilíbrio das contas públicas, como gastar sem ter previsão de recursos para isso.



Legislação complementar à Reforma da Previdência

Haverá novas regras para criar um sistema em que a contribuição de cada indivíduo financie sua aposentadoria no futuro. Hoje, quem trabalha paga para os já aposentados.



Reforma tributária e fiscal

Deverá diminuir o número de impostos, simplificar o pagamento e a fiscalização de tributos e, o mais complicado, redistribuir as receitas e responsabilidades entre União, estados e municípios.